

Ministério pede urgência para lei da biodiversidade

Legislação é fundamental para o combate à biopirataria, em especial na Amazônia

SANDRA SATO

BRASÍLIA – A secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Alegretti, afirmou ontem que o acesso a recursos genéticos é uma questão de segurança nacional. Em depoimento à Comissão da Amazônia, ontem, a secretária pediu que o Congresso aprove com urgência a lei regulamentando o assunto para que não haja maiores riscos para a biodiversidade do País. “A biopirataria existe hoje em maior escala do que os contratos sérios de bioprospecção”, denunciou Mary.

De acordo com a secretária, o Brasil estaria perdendo seu patrimônio. Sem uma lei específica, o controle do uso sustentável da biodiversidade ficaria prejudicado na opinião de Mary, que classificou de “biopirataria legalizada” o acordo entre a empresa suíça Novartis Pharma AG e a organização social brasileira BioAmazônia para exploração de microrganismos como matéria-prima para novos produtos farmacêuticos.

A secretária informou que o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, suspendeu qualquer ação relacionada com o acordo e exigiu o envio de cópias do contrato, em português e inglês, para a análise do mérito. Mas, numa avaliação preliminar, identificou-se que o acordo não informa para onde vão os recursos da doação da Novartis para a Bioamazônia.

Segundo a versão final do contrato, mas ainda sem as assinaturas das partes envolvidas, o acordo prevê que a BioAmazônia produza anualmente até 10 mil cepas microbianas. A empresa receberá 1% de royalties sobre composto novo, durante dez anos. Em contrapartida, a Novartis promete treinar pesquisadores da BioAmazônia. A empresa suíça fica assegurada a propriedade sobre todos os direitos em quaisquer invenções relativas a compostos derivados de microrganismos retirados da Amazônia.